

FORMAÇÃO HOJE — UMA HIPÓTESE ANALÍTICA, ALGUNS PONTOS CEGOS E SEU VIGOR

LUÍS AUGUSTO FISCHER

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo

O ensaio propõe uma interpretação crítica sobre o conceito de formação, central na obra de Antonio Candido. O conceito é analisado em suas conexões com a noção de nacionalidade; postula-se que, na trajetória do autor, haja dois momentos fortes de abordagem ao tema nacional, no primeiro dos quais, anterior a 64, a formação é vista como dependente da validação das teses modernistas, circunstância que impõe alguns pontos cegos ao conceito, aqui descritos, os quais, porém, não esvaziam toda a força da ideia formativa, que permanece válido para descrever processos culturais em certas periferias da civilização europeia.

Abstract

This essay proposes a critical interpretation of the concept of formation, which is central in the work of Antonio Candido. The concept is analyzed in terms of its connections to the notion of nationality, and it is argued that there are two significant moments in the author's treatment of the national theme. In the first of them, prior to 1964, formation is seen as dependent on the validation of the thesis of modernism, and is thus limited by certain blind spots, here described. These blind spots, however, do not invalidate the idea of formation, which remains useful for describing cultural processes in certain peripheral areas of Western civilization.

Palavras-chave

Formação da literatura brasileira; Antonio Candido; Modernismo paulista; História da literatura

Keywords

Formation of Brazilian literature; Antonio Candido; Paulistan Modernism; History of literature

Para tentar fazer jus desde o começo ao valor da obra de Antonio Candido, será preciso imediatamente comentar o traiçoeiro título “Formação, hoje”,¹ que toma como referência central o clássico *Formação da literatura brasileira — Momentos decisivos*.² A primeira vontade seria a de completar o enunciado com um ponto de interrogação, nem que fosse para referir a dúvida, que é de todos nós, sobre a pertinência e o cabimento de uma visão construtiva, embutida na ideia genérica de *formação*, neste tempo em que vivemos, carregado de decomposição, derrubada, destruição, tudo imerso num notável internacionalismo, tanto aquele positivo, que entra na casa das pessoas cultas como informação diária, pela leitura de jornais e revistas, pela televisão ou pela internet, quanto aquele negativo, muito mais decisivo e nem sempre visível, que rege as nossas vidas na forma de capital especulativo, que chove neste ou naquele país e hoje em dia nem precisa se preocupar em estacionar por algum tempo onde quer que seja, num ritmo deletério que está em pleno vigor e que a recente crise, emergida no mercado financeiro, veio demonstrar com clareza. Mas tal discussão nos levaria para muito longe do que aqui se pretende e cabe: uma rápida reflexão sobre o lugar da ideia de formação, tal como esposada e desenvolvida por Candido, procurando flagrar e explicitar alguns pontos cegos de sua visada, para ao fim afirmar seu interessante valor no mundo de hoje.

Dois comentários atuais

Duas recentes publicações, oriundas de dois ambientes acadêmicos diversos e a partir de pressupostos igualmente distintos, ajudarão a avaliar o quanto, e como,

¹ Este ensaio deve parte substantiva das concepções que apresenta ao seminário sobre História da Literatura que temos levado adiante no Instituto de Letras da UFRGS. Os parceiros intelectuais dessa jornada são vários alunos e alguns colegas, dentre os quais é preciso mencionar Homero Araújo, Ian Alexander, Antônio Sanseverino e Marcelo Frizon

² Edição em uso: Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1975, 5ª ed. (Edição original: 1959).

ainda faz sentido frequentar essa palavra, esse conceito, ao mesmo tempo tão central na obra de Candido e em parte substantiva do melhor ensaio brasileiro do século 20, quanto passível de arguição. Estamos falando do ensaio “O cânone como formação: a teoria da literatura brasileira de Antonio Candido”,³ de Abel Barros Baptista, e *A passagem do três ao um*,⁴ de Leopoldo Waizbort. Baptista, professor de Literatura Brasileira em Portugal, tem sido o mais notável dos críticos do que ele considera, com interessantes razões, o nacionalismo de Antonio Candido, no contexto de pensar o ensino de literatura brasileira fora do Brasil contra os condicionantes nacionais imediatos; Waizbort é professor da área da Sociologia da Universidade de São Paulo (USP), e em seu livro promove uma aproximação de grande alcance entre Candido (e Raymundo Faoro e Roberto Schwarz, figuras-chave na renovação do debate machadiano) e a tradição dos críticos e historiadores da chamada filologia alemã, especialmente Ernst Curtius e Erich Auerbach.

Vale retomar de modo ultrassintético o significado elementar da formação. Como se sabe, Candido propôs um conceito novo para pensar a literatura brasileira em seu estudo *Formação da literatura brasileira*, concebido nos anos 40, redigido entre 45 e 51, e publicado no final dos anos 50. Segundo ele, em parte respondendo a um debate já antigo no Brasil de então, não interessava tanto definir quando a literatura brasileira *havia* supostamente *nascido*, mas sim especificar quando e como ela *se formava*, isto é, quando e como ela mostrava um processo que combinava, num mesmo sistema de forças, a internalização dos mecanismos de concepção e produção de literatura, em oposição à mera cópia de modelos já assentes, e a criação de uma tradição interna, em que autores, obras e público leitor circulassem continuamente no país.

A fórmula é enxuta e, vista à distância, tem um quê de mecanicista, ao opor o nacional ao internacional e atribuir virtudes aparentemente excelsas à construção interna do sistema literário; posta em circunstância concreta, porém, a coisa muda: Candido pensa justamente em dois momentos da literatura no Brasil, o Arcadismo e o Romantismo, que são paralelos ao processo de Independência do país, com o que aquele aspecto mecanicista, se não desaparece de todo, ganha ao menos em concretude histórica, porque se tratava, para os escritores do tempo, de defrontar a literatura com as grandes tarefas de invenção da nacionalidade. Em muitos outros momentos da obra de Candido, essas questões voltaram ao debate e ganharam matizamento, aqui num artigo ou capítulo de livro, ali numa conferência, mais adiante em uma entrevista, isso para não falar de comentários de variada inspiração e extensão, levados a efeito por discípulos como Roberto Schwarz (por exemplo, em “Os sete fôlegos de um livro”, em *Seqüências brasileiras*)⁵ ou por antagonistas como Haroldo de Campos (por exemplo, em *O seqüestro do barroco*)⁶. Mas as linhas gerais de seu esquema conceitual aqui estão.

³ Em *O livro agreste*. Campinas, Editora Unicamp, 2005.

⁴ São Paulo, Cosac Naify, 2007.

⁵ São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

⁶ Por extenso *O seqüestro do Barroco na formação da literatura brasileira — o caso Gregório de Mattos*. 2ªed. Salvador, Fundação Casa de Jorge Amado, 1989.

Quanto ao aparente mecanicismo, vale lembrar um artigo da mesma época, “O escritor e o público”, de 1955, incluído em *Literatura e sociedade*;⁷ ali, Candido dirá, matizando este esquema: “A literatura é pois um sistema vivo de obras, agindo umas sobre as outras e sobre os leitores; e só vive na medida em que estes a vivem, decifrando-a, aceitando-a, deformando-a. A obra não é produto fixo, unívoco ante qualquer público; nem este é passivo, homogêneo [...]. São dois termos que atuam um sobre o outro, e aos quais se junta o autor, termo inicial deste processo de circulação literária, para configurar a realidade da literatura atuando no tempo” (p. 74). Veja-se que aqui temos a consideração de um papel central da recepção na existência da literatura, ainda antes que um Jauss apresentasse suas provocações à teoria literária a partir justamente da valorização do papel da literatura, na famosa conferência de 1967.⁸

O esquema que tem desdobramentos vários. Um deles, percebido por muitos e explicitado por Paulo Arantes, mostra que o sentimento de *formação* esteve presente em alguns dos melhores pensadores brasileiros do século 20: nos anos 30 e 40, floresceu em Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior; nos anos 50, ganhou novos contornos na geração mais jovem, a de Antonio Candido, Raymundo Faoro, Celso Furtado. Isso quer dizer que Candido de algum modo e com sua especificidade entrou numa conversa de largo fôlego, que ocupou gente da melhor qualidade, todos marcados por um viés renovador do pensamento: a ideia de formação, assim, foi um terreno comum para pensar o Brasil, da sociedade colonial ou imperial, quanto ao Estado ou à economia, sempre tendo como ponto de fuga e de convergência a atualidade brasileira, que tanto nos anos 1930/40 quanto mais ainda nos 1950 mostrava seu aspecto de enigma — de um lado um intenso desenvolvimento, capaz de emparelhar o Brasil com o que de mais sofisticado havia no Ocidente, e de outro uma sociedade profundamente desigual, incapaz de prover o mínimo de integração aos de baixo, herdeiros da condição servil que atravessou nossa história. A ideia de formação, assim, é sempre empenhada, para usar também aqui uma ideia-força do mesmo Candido.

O tempo passa, Candido e sua ideia de formação ganham estatura (seguidores, detratores, leitores fracos que banalizam seu pensamento, críticos argutos, banalização, diluição via livros didáticos, mas igualmente dissertações e teses criativas, etc.); e neste novo século, já distantes daquelas conjunturas progressistas que deram fôlego aos pensadores formativos — primeiro a conjuntura pós-Revolução de 30, de combate às oligarquias regionais, desenvolvimento da indústria, concessão de benefícios aos de baixo, e depois a conjuntura dos últimos anos 50, já no clima da Guerra Fria, em que o imperialismo norte-americano era visível e se ensejavam ações de esquerda e/ou renovadoras, como a alfabetização de Paulo Freire, a construção de Brasília, a radicalização política pelas ditas “reformas de base”, a criação da Bossa Nova —, como está a coisa? Verdade que,

⁷ São Paulo, Nacional, 1976, 5ª ed. (1ª ed, 1965).

⁸ Tradução brasileira: *A história da literatura como provocação à teoria literária*. Trad. Sérgio Telaroli. São Paulo, Ática, 1994.

tudo considerado, agora de novo convivemos com alguma perspectiva progressista e renovadora: pois não estamos aí a distribuir bolsas que fazem transferência direta de renda para os miseráveis, como se imaginava dever fazer, e, pela boca do presidente Lula, não estamos a badalar o etanol como uma saída para vários dos impasses centrais do mundo, este mundo que anda de automóvel e transporta de caminhão? Mas verdade também que em pelo menos uma dimensão central a tese formativa balança: a atual onda de mundialização dos mercados derrubou o valor do nacional, arrastando para a lata de lixo da história muita coisa tida até há pouco como intocável.

Nesse quadro, Leopoldo Waizbort promove uma avaliação do trabalho de Candido por uma pauta de grande valor, que começa por colocar o debate num patamar inédito — trata-se de averiguar e medir as relações entre Candido e Auerbach. O estudo mostra que a noção de sistema em Candido é muito próxima da noção de sistema em Curtius; e mostra que Candido, ao discutir, em sua *Formação*, os “momentos decisivos”, revela total afinidade com a ideia de Auerbach em seu clássico *Mimesis* e a de Curtius em seu igualmente clássico *Literatura européia e Idade Média latina*: nos três, o que se busca é a história como totalidade, não como completude; a história orientada por um problema, não a história como o acúmulo linear de informações; uma história da literatura brasileira, ou ao menos o debate sobre tal história, pensada não mais como a busca de um essencial nacional (ou mesmo nacionalista), como costumavam ser as histórias de literatura nacional no século 19, mas como a construção de uma interpretação autoconsciente.

Abel Baptista, vindo por outro lado em seu movimento mental, procura desvelar a porção de nacionalismo inscrita na ideia de formação. Em leitura minuciosa e inteligente, de inspiração desconstrucionista, desenvolve um extenso comentário sobre o *continuum* histórico que começa no Romantismo, passa pelo Modernismo e alcança a criação da USP e a obra de Antonio Candido, *continuum* que sempre vincula a literatura feita no Brasil à tarefa de construir o Brasil, vínculo que Baptista acusa Candido de perpetuar e que teria como um desdobramento fatal o que chama de “sequestro nacionalista” de Machado de Assis, que só seria legível, segundo o Candido de Baptista, num curto-circuito que obriga Machado a ser apenas nacional. A crítica é interessante, mas creio que é injusta nos termos em que está feita: interessante porque desvela, com ar de escândalo, uma quantidade realmente existente de nacionalismo na ideia de formação (de minha parte, tenho discutido algo parecido, mas tendo em vista algo que está fora do horizonte de Baptista, a saber, a ideia de formação como parte da construção da hegemonia paulista no cenário intelectual brasileiro, tal que, entre outras coisas, restringe-se o alcance e o sentido da ideia de “modernismo” ao episódio paulistano e a Mário de Andrade, majoritariamente, em prejuízo de outros modernismos havidos no Brasil — adiante voltaremos ao ponto); mas injusta porque atribui a Candido um poder que ele não tem, já que ali onde Baptista divisa um ato de vontade crítica de Candido está mais uma construção histórica, justamente

a construção da hegemonia do pensamento paulista/modernista, num país que, além disso, realmente tem algo de um narcisismo e mesmo de autismo, em função talvez de sua riqueza ainda inesgotada, de sua extensão, de sua condição de único país de sua língua na vizinhança, da desproporção entre seu gigantismo e a relativa pequenez da antiga metrópole, tudo isso ainda organizado numa tradição de Estado centralista à moda latina, que vive de hegemonias excludentes no plano do pensamento e mesmo das artes — fatos esses que, repito, Baptista desconsidera, para atribuir a Candido e à ideia de formação a responsabilidade pelo nacionalismo que de fato há no Brasil.

Valeria, a propósito, retomar um artigo secundário (mas precioso para o presente raciocínio) de Candido a este respeito. Refiro-me a “Uma palavra instável” (em *Vários escritos*⁹). Texto escrito em 1984, ele faz um recorrido dos sentidos variados que a instável palavra “nacionalismo” conheceu, desde a meninice do autor, no começo do século 20. Conhecendo altos e baixos, prestígios à direita e à esquerda, o termo teve, nos anos 30, que são os da formação acadêmica do autor, assim como nos anos pós-Segunda Guerra, que são os da produção de parte substantiva de sua obra (nomeadamente o livro aqui em causa, *Formação da literatura brasileira*), uma positivação peculiar, todo um prestígio marcante. Evocando essas duas conjunturas, Candido dirá que, no decênio de 30, quando foram finalmente organizadas faculdades de Filosofia, Letras e Humanidades no Brasil (como a USP, modelo do raciocínio aqui), firmou-se um pequeno paradoxo, que consistiu em desenvolver-se pensamento com um forte sentido nacional, mas derivado da atuação de professores estrangeiros, isso tudo sendo uma espécie de desdobramento das teses modernistas que, na figura de Mario de Andrade, se apresentaram dotadas dessa nova valorização do nacional, mas por instigação estrangeira; e no período seguinte, após 1945, houve, para o autor, “por parte das esquerdas, fusão da luta de classes com a afirmação nacional (através do antiimperialismo)” (p. 223). Num e noutro momento, se pode constatar o valor positivo do nacional, do nacionalismo mesmo, na visão de Candido — positividade que, em 1984, na luta pela redemocratização ainda em curso e nos momentos finais da Guerra Fria (mas ninguém sabia que o eram) ele repete, ao dizer: “Hoje, nacionalismo é pelo menos uma estratégia indispensável de defesa, porque é na escala da nação que temos de lutar contra a absorção econômica do imperialismo” (p. 224).

É preciso levar em conta essas três conjunturas, que correspondem a três momentos importantes da trajetória de Candido, para evitar um anacronismo agora em alta, a saber, o de fazer tábula rasa com *todo e qualquer* sentimento nacional ou mesmo nacionalista, considerando qualquer coisa que envolva tomar a nação positivamente como uma besteira: o caso é que, neste começo de século 21, após o desmonte neoliberal do “welfare state” onde ele existia e do desmonte das estratégias nacionais de desenvolvimento mais ou menos autônomas (como foi o caso do período getulista no Brasil e do Estado que ele engendrou, por exemplo),

⁹ Rio de Janeiro/São Paulo, Ouro sobre Azul/Duas Cidades, 2004, 4ª ed. Revista pelo autor.

parece aos liberais que qualquer nacionalismo é igual a atraso; mas tal posição é também ela, claro, histórica, mas pretende-se acima da história, como de resto sempre ocorre com a ideologia do capital. Se não tomarmos tal historicidade em conta, realmente fica fácil acusar toda a ideia de formação como uma velharia, um conservadorismo, um retrocesso mental. (Fácil, fácil, na verdade apenas em momentos de euforia: a crise de outubro de 2008, comparada em vários graus com a Quebra da Bolsa de 1929, fez os ardorosos defensores do Estado Mínimo — assim como, no plano mais ameno das Letras, os combatentes da ideia da formação — esquecerem o discurso antiestado alegremente, para passarem o chapéu arrecadando em seu favor o dinheiro do mesmo Estado.)

Duas fases na reflexão sobre o nacional

Candido, que como se vê, tem realmente muito de nacional em seu pensamento e é de fato um iluminista (como diz Abel Baptista, mas num tom quase de acusação) de esquerda, pensou a ideia de formação para a literatura e para o Brasil, mas nunca intentando uma restrição de horizonte para os leitores brasileiros, naturalmente. No entanto, vale um esforço a mais para discutir se e quanto essa visada informada pelo nacional restringe o alcance do debate sobre a formação da literatura brasileira. Arriscando uma generalização, diria que a obra de Candido, tomada a régua dessa questão nacional como referência, tem duas fases distintas que, à medida que o tempo passa, se tornam mais nítidas, creio. (Certo, qualquer divisão em etapas tem o vício de sugerir um abismo entre as partes, uma distinção total, como se de fato se tratasse de duas vidas em sucessão, sem uma comunicar-se com a outra — vício em que não pretendemos incorrer agora, mantendo como se deve uma perspectiva mais sutil, que considere as interpenetrações, as continuidades, as mudanças delicadas, marcas estas que certamente vão ser encontradas na obra vasta de Candido; ainda assim, para efeitos de argumentação vamos manter a postulação da divisão.)

A primeira fase, correspondente aos anos da maturação do autor (nascido em 1918), se estendem até a virada de 1950 para 1960, e pode ser simbolizada sinteticamente na edição da *Formação*, mas envolve vários ensaios e livros, dentre os quais, para os nossos fins, precisamos citar principalmente os escritos contidos em *Literatura e sociedade*, em especial o já citado “O escritor e o público” (redigido em 1955) e “Literatura e cultura de 1900 a 1945” (em 1950). A segunda fase é a seguinte, englobando os livros posteriores. Do ponto de vista biográfico, a primeira fase transcorre principalmente no ambiente da Segunda Guerra e do período democrático que se lhe segue, no Brasil, sendo marcada pelo curso de Ciências Sociais, pela tese de Sociologia *Parceiros do rio Bonito* e pela tese sobre a obra de Sílvio Romero, num período em que o autor, crítico militante em revista e jornal, é professor de Sociologia; a segunda fase corresponde ao tempo em que Candido migra para o magistério de Literatura, primeiro em Assis e depois em São Paulo mesmo, num período que vai ser assinalado pelo golpe de 64 e por seu recrudescimento em 68. Se é certo que nos dois tempos Candido permanece um

sujeito de esquerda, seja militando no PSB, seja ajudando a fundar o PT, também é certo que os ambientes dominantes serão muito distintos, quanto a liberdades públicas, para não ir muito longe, assim como quanto à vida na cidade de São Paulo, cuja população passa do pouco mais de milhão do começo dos anos 30 para a massa que sobe à dezena de milhões nos anos 90.

Por que essa divisão, se o que estamos averiguando é a dimensão do nacional em sua obra? A resposta sintética é assim: na primeira fase, Candido parece empenhar-se profundamente (e creio que quase sempre conscientemente) na validação do Modernismo, seja saudando as obras renovadoras oriundas daquele âmbito, seja interpretando e reinterprestando o passado da literatura e da cultura do Brasil pela lente polida nos anos 20. Dizendo de modo mais direto e cru: a dita primeira fase da obra de Candido é sim marcada de nacionalismo — aquele que ele mesmo definiu como progressista nas conjunturas de 30 e de final dos 50, aquele que dava fôlego a projetos nacionais progressistas, que tinham em vista maior democracia formal, criação de riqueza e sua distribuição mais homogênea, oferta de escola de qualidade para todo mundo.¹⁰ A segunda fase, em parte contrariando esta primeira, será menos marcada por tal empenho de validação do Modernismo — talvez porque o Modernismo, dos anos 1960 em diante, já havia conquistado posição canônica nas novas descrições da história da literatura, no ensino, no paradigma crítico e acadêmico em sentido amplo, e mesmo no campo da produção artística (quando menos, veja-se o papel central que certa parte das teses modernistas paulistas, bem como ao menos uma de suas figuras centrais, Oswald de Andrade, será reconhecido por Caetano Veloso como uma importante referência na formulação do chamado Tropicalismo), e por isso não era mais o caso de tentar validá-lo, uma vez que, para dizer de modo um tanto bíblico, seu tempo havia chegado. Assim, não é que a dimensão do nacional não tenha frequentado a preocupação de Candido; é que ela não era mais uma questão estruturante de seu pensamento. Vejamos alguma demonstração dessa hipótese de divisão. Na primeira fase, Candido produz ensaios notáveis, como os dois que mencionamos acima, redigidos em 50 e 55, época em que estavam sendo escritos os três grandes ensaios, a *Formação*, a tese sociológica e o exame da obra de Sílvio Romero. Não é o caso de apreciar cada um deles em particular, mas creio que se pode dizer que atuava neles, como uma ideia-força a unificar o sentido do trabalho, aquela busca da validação do Modernismo, como dito antes, o que se verifica explicitamente no ensaio “Literatura e cultura de 1900 a 1945”,¹¹ por exemplo, na seguinte passagem: “Na literatura brasileira, há dois momentos decisivos que mudam os rumos e vitalizam toda a inteligência: o Romantismo, no século XIX (1836-1870) e o ainda chamado Modernismo, no presente século (1922-1945).

¹⁰ No citado ensaio, Roberto Schwarz descreve de modo mais extenso este período: “O nacionalismo desenvolvimentista, que tinha como adversários inevitáveis o latifúndio e o imperialismo, imprimia ao projeto de formação nacional uma dimensão dramática, de ruptura, que por momentos se avizinhava da ruptura de classes e da revolução socialista” (*Op. cit.* p. 56); eis aqui uma interpretação diretamente política do ânimo nacional dessa fase da obra de Candido.

¹¹ Em *Literatura e sociedade*, *op. cit.*

Ambos representam fases culminantes de particularismo literário na dialética do local e do cosmopolita; ambos se inspiram, no entanto, no exemplo europeu” (p. 112). O leitor de *Candido* deve ter reconhecido a expressão “momentos decisivos” de outra fonte, justamente no subtítulo da *Formação da literatura brasileira*, sendo de registrar que nela os momentos são o Arcadismo e o Romantismo.

Sim, os três são decisivos, e talvez pudéssemos dizer o mesmo de outros momentos, igualmente, como o Realismo (no final do século 19, assim como na década de 1930, quando menos). O caso é que, mesmo havendo adjetivação diferenciada para tal decisividade (no ensaio se trata de dois momentos localistas, enquanto no livro se trata de um momento cosmopolita e outro localista, com atitudes estéticas opostas, ainda que ambos estejam ligados pela “vocação histórica” de fazer existir sistema literário entre nós), não se pode deixar de ver que há permanência de um valor fundante em tudo, a saber, o valor do nacional, seja como cenário social do sistema, seja como matéria-prima. Lendo-se o ensaio para mais adiante, vai-se verificar que a toda hora volta a vontade de marcar o Modernismo como vitorioso, com aplauso do autor (visto à distância, o movimento do espírito do autor dá a nítida sensação de estar imbuído da certeza revolucionária, neste caso a modernista antiparnasiana e antiacadêmica, o que lhe confere serenidade no exercício dos juízos, para além daquela que deriva do temperamento e da qualidade pessoal do autor): a *Semana de Arte Moderna* é diagnosticada como catalisador dos anseios de libertação em relação à “literatura de permanência”; *Macunaima* é dado como a obra central e mais característica do movimento, e esta última palavra é tomada em sentido amplo, fazendo equivaler “Modernismo” com “renovação”, ainda que nem sempre se explicitem os laços entre os modernistas paulistas e as várias renovações do período; a literatura renovadora é dada como fruto de desrecalque localista e assimilação da vanguarda europeia, ou seja, positivada pelos dois lados, o brasileiro e o internacional; a “libertinagem espiritual” do Modernismo é vista como uma contribuição para o confronto com o conservadorismo e a tal literatura de permanência. Assim por diante. *Candido* não diz nunca, mas nós cá adiante podemos dizer, interpretando-o, que o Modernismo, visto em seu epicentro paulista e em seus (para *Candido*) desdobramentos por toda parte (no romance realista de 30, por exemplo), é a forma estética da aceleração do vibrante século 20, que se dá numa atmosfera leiga, não-católica e, fundamental, fora do Rio de Janeiro, a capital e a sede da literatura de permanência; é, em menos palavras ainda, a forma moderna leiga a que São Paulo dá forma, em sua disputa para tomar a hegemonia em mãos cariocas até então. (Mas isso são palavras e ideias minhas, não de *Candido*, que adiante retomo.)

Isso quanto à primeira fase. A segunda, como dito antes, se caracteriza na biografia do autor como a fase de sua profissionalização acadêmica na área de Letras, propriamente, e será acompanhada na história do país pelo Golpe Militar e seus desdobramentos terríveis, especialmente na área da inteligência, no que nos interessa aqui. Mais ainda, nesta segunda etapa de seu pensamento quanto ao tema do nacional, o que de mais significativo encontraremos em matéria de produção

intelectual parece menos ligado a essa preocupação brasileira, e mais conectado com temas tópicos da literatura, brasileira ou não. De imediato, qualquer leitor de Candido vai lembrar alguns ensaios luminosos, como a “Dialética da malandragem” e “Literatura e subdesenvolvimento”, ambos publicados em 1970; “Os primeiros baudelairianos no Brasil”, de 1973; “A passagem do dois ao três”, de 1974; uma série de artigos contendo análise particulares de obras, poemas, romances, brasileiros e estrangeiros, alguns reunidos num volume como *Na sala de aula* (São Paulo, Ática, 1985); isso ainda se contar uma porção generosa de textos de combate à ditadura e apoio à redemocratização do país, temas abordados direta ou indiretamente, sempre com clareza e disposição.¹²

De tal forma vai a coisa que temos, nesta fase, uma diminuição das preocupações de leitura sistêmica da literatura brasileira (sem prejuízo de haverem sido concebidas e escritas algumas visadas empenhadas na história, como é o caso especial de *Iniciação à literatura brasileira*¹³), ao lado de uma marcante preocupação com as discussões literárias de obras isoladas, em ensaios que, pode-se dizer, ganham em matizamento e profundidade teóricas, como é o caso exemplar do artigo sobre as *Memórias de um sargento de milícias* (a mencionada “Dialética da malandragem”) e aquele sobre *O cortiço* (“De cortiço a cortiço”), ou aquele sobre o romance *Os Malavoglia* (“O mundo-provérbio”).¹⁴

Pontos cegos da ideia de formação

No famoso ensaio “Literatura e subdesenvolvimento”, citado há pouco, podemos iniciar outro momento deste comentário sobre o vigor e a vigência da ideia de formação. Este texto, bastante conhecido, discutiu, no calor da pior hora da ditadura brasileira, algumas mazelas da vida nacional, mas agora em perspectiva latino-americana. Era o começo dos anos 70, por sinal a mesma época em que o movimento cepalino, também ele latino-americanista, se expressou de modo forte, da parte de pensadores brasileiros envolvidos com aquela instituição, como Fernando Henrique Cardoso; e aqui temos um sintoma da sincronia das preocupações: agora, também para Candido se tratava de pensar as coisas brasileiras num quadro mais amplo, ao menos subcontinental, vendo as marcas compartilhadas entre o Brasil e os demais países da região, muitos deles, de resto, mergulhados em ditaduras militares igualmente.

Candido ancora suas considerações, neste caso, não nos momentos decisivos antes mencionados, mas sim num tema e em seu tratamento literário: o tema é a vida rural, e seu tratamento literário vem a ser aquilo que em geral aparece sob o rótulo de “regionalismo”. Vai ver o ensaísta que há muitas realizações narrati-

¹² Para todas essas referências, é preciso mencionar o imprescindível trabalho de Vinícius Dantas em *Bibliografia de Antonio Candido*. São Paulo, Duas Cidades/Editora 34, 2002.

¹³ Trata-se de um panorama para estrangeiros, escrita em 1987 para obra coletiva que seria lançada como parte das comemorações do quinto centenário do descobrimento da América, e publicada em português, no Brasil, em 1997. Edição atual, Rio de Janeiro, Ouro sobre Azul, 2004, 4ª ed., revista pelo autor.

¹⁴ Esses três ensaios estão editados no volume *O discurso e a cidade*. São Paulo, Duas Cidades, 1993.

vas sobre essa matéria, algumas idealizadoras (durante o Romantismo), outras críticas (no âmbito do romance realista pós-30), que seriam fruto de diferentes consciências sobre o atraso, a primeira “amena”, a segunda “catastrófica”, tudo isso alcançando um ponto novo na obra de Guimarães Rosa, que teria transfigurado a mesma matéria, agora alcançando algo da ordem do sublime (mas Candido não usa este termo: ele fala, aliás, na vinculação desse “super-regionalismo”, dessa sublimação do regionalismo em Rosa, como vinculado a uma “consciência dilacerada do subdesenvolvimento”, dilaceração que me parece difícil de detectar na obra do autor de *Grande sertão: veredas*, autor que em parte celebra o mundo patriarcal rural ao mesmo tempo que faz o luto por sua ultrapassagem histórica). Essas observações, de grande alcance descritivo, vêm casadas com uma leitura sombria do presente e do futuro, eis que os de baixo, mercê da urbanização acelerada e do êxodo rural concomitantes, estavam passando de um estágio folclórico primitivo para outro igualmente folclórico urbano, com a mediação mais ou menos diabólica dos meios de comunicação massivos.

Os laços entre os termos presentes no título, literatura e subdesenvolvimento, vão sendo tramados para mostrar, por exemplo, que a permanência do segundo implica um rebaixamento do horizonte mental, a manutenção da “dependência cultural” (termo usado pelo autor), numa equação que no contexto dos anos 70 tem sentido de combate à ditadura –que, é bom lembrar, negava que o Brasil fosse “subdesenvolvido”, termo que a esquerda usava como uma acusação contra os militares, estes preferindo dizer que éramos um país “em desenvolvimento” – mas que, vista agora, padece de certo esquematismo, ao aproximar subdesenvolvimento, mundo rural, naturalismo e literatura regionalista ruim. É como se Candido estivesse fazendo, digo eu agora em síntese um tanto irreverente, o luto pelo fim do projeto iluminista, moderno, certamente francófilo, que ele identificava na construção do sistema literário no Brasil até então, do Arcadismo ao Modernismo, passando pelo Romantismo (os três “momentos decisivos”) e pelo final do século 19.

Aliás, este final do século 19 merece uma consideração aqui, para entender melhor os anunciados pontos cegos da formação. Esta vinculação feita por Candido entre subdesenvolvimento, naturalismo e tema rural (o “regionalismo”) dá o que pensar. Por que não comparece em seu raciocínio, digamos, Aluísio Azevedo? Aca-so sua notável literatura não é uma súpula de subdesenvolvimento e naturalismo, apenas que debruçado sobre matéria urbana? E, tomando nós o problema por um outro lado, por que Machado de Assis só aparece no ensaio como uma exceção total, e não como quem tivesse também lidado com o que nos anos 1970 se chamava de subdesenvolvimento, eis que também sua obra lida com certas dimensões da dependência do Brasil em relação à Europa? Esta segunda pergunta é fácil de responder: Candido não alinhou Machado em seu ensaio que mostra os nexos entre literatura e subdesenvolvimento porque tal dimensão não era clara, ou não estava explicitada claramente, feito que justamente alguns anos depois deste ensaio é que virá a público, especialmente pela obra de um discípulo de Candido, Roberto

Schwarz; daí não ter o ensaísta arrolado Machado entre as evidências daqueles nexos. Mas e a primeira pergunta, sobre Aluísio Azevedo, como se pode responder? Por que motivos Candido não acolheu o autor de *O cortiço* entre os casos fortes de literatura envolvida com subdesenvolvimento e vazada em linguagem e estrutura naturalista — e mais ainda sabendo nós que Candido aprecia muito este romance brasileiro? A resposta é difícil de encontrar, mas, uma vez encontrada, salvo engano, nos ajuda a entender os tais pontos cegos da ideia de formação.

Ocorre que, no ensaio que estamos apreciando, a ênfase toda começa pela ligação biunívoca entre subdesenvolvimento e mundo rural, o que deixa o mundo urbano fora do foco, que se concentra nas obras “regionalistas”. Mas os de baixo que Azevedo enfoca, não são eles também algum índice do subdesenvolvimento? Não é o caso de vê-los talvez mesmo em linha com o atraso do mundo rural? Se não, por que não? Minha resposta para tais questões vai na direção de mostrar que Candido cultivava uma perspectiva urbanocêntrica, a partir do modernismo paulista, e por isso pensa as obras ligadas a temas urbanos como pertencendo a um mundo mais desenvolvido, que se rege pelas leis gerais da literatura sem adjetivo pátrio; por isso, ficam fora do debate sobre literatura e subdesenvolvimento Machado, Aluísio Azevedo e, poderíamos acrescentar, Lima Barreto e toda a dita “literatura de permanência” acima mencionada, para não falar dos romancistas que frequentaram o tema urbano nos anos 1930 e 1940. É como se Candido tomasse em conta duas literaturas brasileiras, ou melhor, duas ordens de literatura brasileira: uma delas, que aparece no centro desse ensaio e já havia ganhado destaque na primeira fase de sua obra, é aquela que se vincula ao tema nacional, à busca de identidade, à tentativa de superação da dependência cultural, etc., quer dizer, é aquela que cabe bem no debate sobre construção do sistema nacional de literatura; a outra literatura brasileira é aquela que ele tomará como literatura, não como nacional, e tem seus exemplos mais subidos em casos como o de Aluísio Azevedo, Manuel Antônio de Almeida, Machado de Assis (ainda que este seja uma espécie de sombra na obra de Candido, muito mais do que objeto: Machado está no ponto de chegada da *Formação*, mas sem merecer descrição naquele livro; Machado é objeto de uma conferência que virou artigo, e ali sua obra é apresentada de modo panorâmico, sem ganhar iluminação analítica profunda; Machado está por tudo, como o crítico que entendeu não ter cabimento a prisão nacionalista, como disse em seu famoso “Notícia da atual literatura brasileira — Instinto de nacionalidade”, sem deixar de ler a tradição local, a ser superada por ele mesmo).

Assim, se for razoável esta proposição de que há na obra crítica de Candido essas duas literaturas brasileiras — uma ligada ao tema nacional, que o autor centraliza em sua obra anterior a 1960 e que em “Literatura e subdesenvolvimento” mais uma vez ocupa o centro da cena como objeto e como limite, e a outra que escapa disso, que é simplesmente literatura, como Machado, o Realismo-Naturalismo e a “literatura de permanência”, uma literatura não-nacional, cosmopolita —, podemos avançar um passo mais no rumo já traçado, de discernir o que me parece serem os pontos cegos na concepção de formação. Antes de mais, poderi-

amos dizer que Machado é um ponto cego: o esquema conceitual da formação ao mesmo tempo o coloca no centro de sua concepção e fora dela — no centro, porque ele é a evidência de um sistema formado, Machado sendo visto aqui como o crítico que entendeu as virtudes e as limitações da tradição local, e fora, porque ele não é alcançado pelas restrições do mesmo sistema, Machado sendo visto aqui como o ficcionista que superou os acanhados debates localistas emancipando-se das injunções nacionais. Em posição mais sutil estão outros pontos cegos: um, uma certa naturalização da concepção do Brasil; dois, uma certa naturalização da concepção de Europa; e três, o menos relevante desta sequência para os fins de nossa análise, uma certa naturalização da concepção da sociedade de classes.

O terceiro caso pode ser sumariamente apresentado aqui na forma de evocar o tipo de análise feito por Pierre Bourdieu (mas poderíamos pensar também em Raymond Williams e no multiculturalismo, que compartilha muito com Bourdieu), que, não sendo um crítico literário, mas pura e duramente um sociólogo, mostra o caráter de classe de hábitos culturais, dentre os quais o apreço pela chamada alta cultura, tudo isso sendo analisado como contingente, como historicamente condicionado. Candido, ao contrário — e com ele todos os críticos literários e a maioria dos que se dedicam ao estudo da literatura, entre os quais este comentador aqui —, naturaliza a excelência de certos livros que, em outro contexto, são chamados de canônicos, e procura ver neles, em seus movimentos internos e em suas entranhas, mais do que nos contextos de origem, o modo como grandes artistas registraram, estilizaram, transmutaram a experiência vital, inclusive das classes sociais da sociedade em causa. Os grandes artistas, não os pequenos, os tentativos, não os que produziram obra dita menor. Repito que tal é a tendência histórica dos estudos literários, o que não pode nos impedir de ver aí uma naturalização, ainda mais quando temos hoje tantas visões alternativas produzindo interpretações relevantes, mesmo em termos estritamente literários, como é o caso de Franco Moretti, que, aliás, discute abertamente esta naturalização¹⁵ para contrapor-se a ela (e ao estudo exclusivo dos canônicos).

Os outros dois pontos cegos são talvez de mais difícil enunciação em detalhe, mas, sabendo dos limites deste ensaiozinho aqui, vamos apresentá-los também brevemente. São duas naturalizações: a de Brasil e a de Europa. Como se pode vê-las? Quanto à Europa, está ainda por ser feita uma análise extensiva sobre a figuração que sobre ela Candido faz em sua obra, em vários momentos. Para mencionar apenas um, vale retomar o famoso prefácio da primeira edição da *Formação da literatura brasileira*, momento em que o autor propôs uma imagem que lhe trouxe bastante incômodo, ao afrontar suscetibilidades nacionalistas brasileiras (quando nomeou a literatura brasileira como “galho secundário da portuguesa, por sua vez arbusto de segunda ordem no jardim das Musas”,¹⁶ momento que

¹⁵ Veja-se, por exemplo, seu *Signos e estilos da modernidade* — Ensaio sobre a sociologia das formas literárias (trad. Maria Beatriz Medina). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, a contar do primeiro ensaio, “A alma e a harpia — Reflexões sobre as metas e os métodos da historiografia literária”.

¹⁶ *Op. cit.*, p.9.

aqui pode ser mais uma vez invocado mas com outra finalidade, a de mostrar que Candido, a bem de salientar a precariedade da literatura de língua portuguesa, a feita em Portugal e a feita no Brasil, compara essas ralas tradições com as de outras línguas europeias (francês, italiano, inglês, alemão e, com certa restrição, russo e espanhol), em que a literatura é dada como maior, mais madura, por serem arbustos de primeira ordem naquele jardim metafórico e proverem seus leitores com tudo de que eles podem necessitar para “elaborar a visão das coisas, experimentando as mais altas emoções literárias”, numa sucessão argumentativa em que as comunidades de língua e de nação são niveladas, sem que sejam sempre coincidentes (o alemão é o exemplo mais eloquente no território europeu, por ser língua de mais de uma nação, e o inglês o mais forte para além das fronteiras nacionais). Dizendo de outro modo: por certo este suposto leitor que lê inglês como sua língua materna incorporaria a seu acervo potencial obras escritas em toda parte, digamos Inglaterra, Irlanda, Escócia e mesmo Estados Unidos; e por que não seria assim para o leitor do português como língua materna entre as obras escritas em Portugal e no Brasil?¹⁷ Quer dizer: na tensão Brasil-Portugal é preciso separar, mas nos casos alemão e inglês, sem ir mais longe, não é. Por quê?

Certo, entre as nações de língua alemã não há a relação entre metrópole e colônia; mas no inglês há, mais ou menos como no português e no espanhol. Mas vejamos outro exemplo da naturalização da ideia de Europa, colhido em texto já mencionado, aquele ensaio “Literatura e cultura 1900-1945”; nele, como em várias outras partes (talvez especialmente em textos do que chamei aqui de primeira fase de Candido), aparece a oposição simples entre o Brasil e a Europa, por exemplo, assim: “O intelectual brasileiro, procurando identificar-se a esta civilização [americana, nova, tropical – LAF], se encontra todavia ante particularidades de meio, raça e história, nem sempre correspondentes aos padrões europeus que a educação lhe propõe”.¹⁸ O leitor de 2008 tem o direito de perguntar: qual padrão europeu? Quer dizer francês, não? Por certo não se trata de um suposto padrão inglês, ou britânico, nem alemão, ou germânico, ou mesmo espanhol andaluz, etc. E, bem, nem “francês” é bem isso, porque há a Bretanha, há o sul, há a fronteira com a Alemanha. É provável que ao dizer “padrão europeu” Candido estivesse dizendo, mais especificamente, o padrão parisiense, mais ou menos tal como filtrado pela intelectualidade lisboeta.

Candido — que viveu um tempo de formação pessoal na França, com a família, e é um leitor apaixonado de Proust, embora pouco o mencione em sua obra —, Candido mesmo diz, como se sabe, que nomeadamente na *Formação* tomou o ângu-

¹⁷ Outro exemplo, este diagnosticado por Ian Alexander, em debate: no citado ensaio “Literatura e cultura de 1900 a 1945”, Candido menciona “As terríveis ousadias de um Picasso, um Brancusi, um Max Jacob, um Tristan Tzara”, europeus vanguardistas, como “mais coerentes com a nossa herança cultural do que com a deles” (*Literatura e sociedade*, p. 121); o caso é que tais autores, consideradas as suas origens individuais, são na verdade menos europeus genéricos e mais europeus da periferia (um andaluz, um romeno, um bretão, mais um romeno), que acorreram a Paris, o centro, para fazer carreira e encontrar eco. Ver o ensaio de Ian Alexander “Leituras novo-mundistas”, em *Outra travessia*. Revista de Literatura (UFSC), n. 6, p. 7-30, 1º semestre de 2007.

¹⁸ *Op. cit.*, p. 110.

lo dos românticos brasileiros como ponto de partida, como termo a partir do qual as coisas são observadas. Pode ser verdade; mas também pode ser, penso eu, que nessa fusão entre o comentarista de literatura na metade do século 20 e o escritor ou o intelectual romântico brasileiro de meados do século 19 vá um tanto de modernismo paulista — Candido pôde mover seu ponto de vista para aquela conjuntura nacionalista porque estava animado, cem anos depois, de um sentido construtivo também nacional¹⁹, e também fundador (refundador), por certo não ufanista, sentido cuja força vem das teses e da leitura de mundo do Modernismo tal como concebido e praticado em São Paulo. Neste ponto, minha coincidência com a visão de Abel Baptista é grande: realmente é palpável este *continuum* Independência-Romantismo-Modernismo-USP-Candido/Formação (e seria possível acrescentar, vistas as coisas em 2008, que há ainda o desdobramento deste *continuum* no plano político imediato, com a criação e a prática dos partidos modernos brasileiros, que se chamam PT e PSDB, à esquerda e à direita deste mesmíssimo *continuum*, para o bem e para o mal); só que, deste ponto em diante, de minha parte é preciso marcar uma grande distância em relação às conclusões de Abel Baptista, que, por absolutizar a ideia de nacional, retirando-a da história — história em que o nacional é objeto de disputa a cada conjuntura, como o próprio Candido examinou, no artigo antes citado, “Uma palavra instável”, em *Vários escritos*, e portanto ostenta matizes de esquerda e de direita, progressistas e regressivos, conforme o caso —, como que condena a visão formativa aos infernos do nacionalismo, isto é, do que ele considera um conservadorismo, cujo desdobramento ele chama de “sequestro nacionalista” de Machado de Assis, autor que, não sendo de fato um nacionalista, Baptista considera que foi embretado, pela crítica brasileira, numa entalada brasileira exclusivista²⁰.

De todo modo, é preciso ver que Candido de fato naturaliza uma noção de Brasil, que aparece em sua obra empenhada no debate do nacional num patamar de generalidade parecido com aquele em que está a noção de Europa, como vimos acima, no aludido “padrão europeu” com que se media o intelectual brasileiro. E o faz a partir de um motor que se chama, implícita ou explicitamente conforme o texto que tomarmos em conta, Modernismo, motor que eu considero necessário qualificar como Modernismo paulista. O próprio Miceli foi quem primeiro iluminou a questão, ao menos na minha leitura: em seu conhecido *Poder, sexo e letras na República velha (Estudo clínico dos anatolianos)*²¹, ensaio publicado em 1977, já no primeiro parágrafo, a propósito de apresentar o termo “pré-modernismo”, se lê: “A história literária adotou tal expressão com vistas a englobar um conjunto de letrados que, segundo os critérios impostos pela “ruptura” levada a cabo pelos modernistas, se colocariam fora da *linhagem estética que a vitória política do modernismo entronizou como dominante*”, com itálico meu. Quer dizer:

¹⁹ Na descrição de Schwarz, Candido “encara com simpatia o empenho patriótico e formador daquela geração” (*op. cit.*, p. 53), com grifo meu.

²⁰ O argumento do autor está exposto de modo extenso em *A formação do nome — Duas interrogações sobre Machado de Assis*. Campinas, Editora Unicamp, 2003, especialmente na Parte I.

²¹ Edição atual: *Intelectuais à brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

se trata de apresentar a dimensão política da criação da categoria “pré-modernismo”, fruto de uma vitória — e quem diz vitória diz luta, naturalmente.

Luta pelo poder de nomear, neste caso no plano aparentemente inofensivo da história literária; e quem conquistou este poder de dar nome aos bois, às vacas e a todos os seres vivos da paisagem literária brasileira foi exatamente o Modernismo, e, acrescento eu, o Modernismo em sua versão paulista (bem, talvez haja sido o único modernismo no Brasil a merecer um nome assim, que agrega a noção de vanguarda heroica à de movimento consistente, ponta de lança e a tropa comum, como, aliás, o mesmo Candido vai defender, com análise muito mais fina do que esta aqui, exemplarmente no citado artigo “Literatura e cultura 1900-1945”, texto que neste particular segue de perto o raciocínio de Mário de Andrade no conhecido ensaio “O movimento modernista”, conferência proferida em 1942 em que, a título de fazer um balanço dos vinte anos da Semana de Arte, diz ele, num notável golpe de palavras, que, contra a opinião negativa de que “a estética do Modernismo ficou indefinível”, essa indefinição é a “melhor razão-de-ser do Modernismo!”²², na prática afirmando que então toda a liberdade é Modernismo. A equação do ensaio é Semana de Arte Moderna é igual a Modernismo, de um lado; de outro, a liberdade e a saudável indefinição de rumos é igual a Modernismo — faltou evidenciar a outra igualmente, o que me encarrego de fazer aqui: para Mário de Andrade, como creio que em parte para Candido, da Semana de Arte Moderna depende a liberdade de que os escritores desfrutam.

Difícil para mim aceitar que tanta coisa, da vigorosa poesia à variada crítica passando pelo exuberante romance dos anos 30 e 40, tenha dependido da Semana de Arte Moderna; parece mais sensato ver nessa equação um golpe retórico, golpe no sentido também político-militar, tanto quanto a metáfora da vanguarda a que se afeiçoa a visão modernistocêntrica. Golpe que se soma à dita naturalização da ideia de Brasil, presente no Candido que colabora decisivamente para entronizar o Modernismo como vitorioso naquela luta. Tal naturalização fica visível talvez em particular para quem, como este comentador aqui, observa o fenômeno da literatura brasileira a partir de uma formação regional (a gaúcha) que alia muito de reativo contra a visão nacional construída primeiro no Rio do Romantismo e depois na São Paulo do Modernismo, e sendo reativo há muito de conservador, com muito de legítimo pela organização interna de um genuíno sistema literário, com o funcionamento do célebre triângulo de autores-obras-público leitor e a consecução de uma tradição local. Essa circunstância não é a única que permite ver aquela naturalização, mas certamente é uma das mais favoráveis, eis que toma como ponto de partida e de observação um sistema local firmemente constituído que, ademais, e atipicamente em relação à experiência brasileira, compartilha temas e formas, assim como base econômica e paisagem, com sistemas literários não-brasileiros, especificamente os platinos (se é que não se trata de apenas um sistema platino, a envolver o Uruguai e a Argentina, ou ao menos as províncias platinas da Argentina).

²² Em *Aspectos da literatura brasileira*. São Paulo/Brasília, Martins/INL, 1972, 4ª ed., p. 251.

Para dar um exemplo concreto: vistas as coisas a partir do sistema gaúcho, a poesia modernista paulista, em qualquer das versões consagradas (Mário e Oswald em particular), obedece a um padrão reconhecível logo, porque toda ela se organiza estéticamente e politicamente como um enfrentamento ao Parnasianismo, e isso fez sua fortuna, até hoje, como se lê em qualquer livro didático; ora, a poesia moderna no Sul teve nada que ver com o Parnasianismo e foi mais que tudo um desdobramento ou uma superação do Simbolismo, estética experimentada intimamente pelos mais interessantes poetas gaúchos do período (Augusto Meyer, Athos Damasceno, Felipe de Oliveira, Ernani Fornari e mesmo Mario Quintana²³); e esta diferença é o motivo suficiente para que tais poetas não sejam acolhidos no cânone modernista paulistocêntrico. (Claro que estamos aqui falando apenas da dimensão retórica da coisa; mas valeria a pena um mergulho no empuxo histórico mais decisivo para essas diferenças, que se marcariam na distinção entre a força da economia paulista, que experimentou um arranco incomparável em termos brasileiros, um solavanco de todo inegável, e a relativa normalidade do desenvolvimento da economia gaúcha no mesmo tempo, aliando uma arrancada industrial importante à base agropecuária, mas sem aquele salto paulista, em última análise justificador do afã modernista pela atitude vanguardista.)

Uma última palavra sobre a naturalização da ideia de Brasil, que gera o ponto cego que estamos trazendo à luz: no prefácio que Candido escreve para *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*, de Sérgio Miceli²⁴, lemos o enorme desconforto (que vem, porém, imerso numa elegante aceitação da tarefa do prefaciador, que admite a força da análise que está apresentando) que nosso autor sente ao ver enunciada com toda a clareza a dimensão de luta política da ação modernista, empreendida por amigos seus, aliados seus. Candido abre o texto afirmando a inutilidade dos prefácios, inclusive o dele, elogia o pesquisador empenhado em desvendar seu objeto e, a seguir, apresenta-se como solidário com os intelectuais que são analisados por Miceli, eis que todos, incluindo o autor do estudo, pertencem “ao que *um proustiano* poderia por extensão talvez indevida, mas sugestiva chamar de ‘a grande e lamentável família’ dos intelectuais”.²⁵ Aquele “proustiano” foi italicizado por mim para marcar a adjetivação que parece saída das profundezas do prefaciador, que viu no estudo de Miceli muitos méritos, mas também algo perturbador, que funciona, para Candido, como uma condenação das ações daqueles intelectuais modernistas — condenação que, a juízo deste leitor aqui, não existe, condenação que é na verdade um desvendamento de tipo sociológico, puro e duro, como leremos no corpo da análise, por exemplo, quando Miceli analisa certos “instrumentos de luta” política da oligarquia paulista, derrotada em 32, tais como a criação da Escola de Sociologia e Política e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, na USP, assim como a criação do Departamento

²³ Escusada a autocitação, veja-se, para dados, meu ensaio *Literatura gaúcha — História, formação e atualidade*. Porto Alegre, Leitura XXI, 2003.

²⁴ *Op. cit.* Este ensaio teve sua primeira edição em 1979.

²⁵ *Idem, ibidem*, p. 71.

Municipal de Cultura. Chamar de “instrumentos de luta”²⁶ política a criação da escola em que estudou e o setor em que trabalhou Mário de Andrade talvez tenha parecido a Candido uma demasiada politização do debate. Aliás, igual desvendamento Miceli vai operar também quanto à outra dimensão do fenômeno, ao mostrar que a ação dos modernistas no campo amplo em que atuaram, para além da criação artística e alcançando a gestão cultural propriamente dita, foi uma permanência da “galomania de seus antecessores anatolianos”,²⁷ observação que igualmente pode ter parecido um pequeno escárnio, a demonstrar uma intensa continuidade bem ali onde os modernistas queriam que se visse ruptura ou mesmo pura invenção.²⁸

São esses, enfim, alguns pontos cegos da ideia formativa de Candido, que se tornam visíveis quando olhados a partir de uma outra conjuntura histórica, este começo de século 21, e de outra formação sistêmica, neste caso a sulina. (Poderia também alinhar outro ponto de onde parte esse olhar em busca de pontos cegos, seguindo aqui a observação de Schwarz no artigo citado já algumas vezes: diz ele, em texto publicado em 1999, que “No momento, o sistema literário nacional parece um repositório de forças em desagregação”.²⁹ Mas tenho mais dúvidas do que certezas quanto a este diagnóstico. Será mesmo que se encontra em desagregação o sistema literário nacional? Ou será que de fato o que se encontra desagregado é o projeto modernista tal como concebido — e, importante lembrar, levado a efeito completamente, do mais sofisticado debate acadêmico ao plano cotidiano das salas de aula pelo território afora —, estando o sistema literário empírico no Brasil (os autores, os livros, os leitores, a indústria editorial, o sistema escolar, etc.), enquanto isso, desenvolvendo sua trajetória em país sem projeto autônomo, ou melhor, sem a ilusão autonomista que nos anos 50 dava fôlego para aquelas leituras formativas? O projeto modernista, quer dizer: o projeto unitarista do Modernismo de feição paulista, aquele que reinterpretou o passado contra a interpretação hegemônica centrada no Rio imperial, agora em favor de uma ideia que era ao mesmo tempo moderna, pela liberdade que postulou e praticou (representando a força burguesa paulista daquele momento), e antiga, pelo centralismo de sua concepção, que perpetua a visão luso-brasileira, católica, de hegemonia excludente.)

Por isso, dadas essas condições de leitura, vimos que o autor elide alguns aspectos que, de um ângulo sociológico igualmente materialista, mas mais próximo do marxismo (Bourdieu, Miceli) e menos nacional (Abel Barros Baptista, além deste comentador aqui, em galhos diferentes), merecem reflexão: de fato, a ideia de formação em Candido não busca força em seu raciocínio na luta (ou na diferença) de classes, assim como não considera com ênfase a diversidade de forças,

²⁶ *Idem, ibidem*, p. 101.

²⁷ *Idem, ibidem*, p. 186.

²⁸ Eu mesmo tenho escrito sobre o tema algumas vezes. Seja-me permitido mencionar outro livro, *Literatura brasileira — Modos de usar*. Porto Alegre, L&PM, 2007.

²⁹ *Op. cit.*, p. 58.

interesses, tensões e formações regionais existentes dentro do Brasil e cuja existência impõe problemas à ideia genérica de identidade nacional brasileira, e da mesma forma não leva em conta a diversidade que se encobre sob o rótulo genérico de Europa. E eis aqui três questões de amplo interesse para o debate literário, penso eu que especialmente aquele que queira honrar a mesmíssima tradição materialista de que Candido é um expoente brasileiro dos mais altos.

A força da ideia de formação, hoje

Feitas todas essas ressalvas críticas, que pretendem ser uma conversa dentro da tradição formativa com vistas a seu avanço epistemológico, é hora de encerrar esta reflexão evocando agora a força positiva da perspectiva da formação nos tempos de hoje. Encerramento que será sumário, como convém a um texto que já se estendeu demais e como cabe a um quadro histórico em que as coisas são menos claras do que já foram, especialmente no debate sobre história da literatura pelo ângulo da tradição materialista. Certo que temos um repertório muito estimulante de trabalhos que tentam encontrar caminhos para quem, como é o caso deste que aqui escreve, quer manter em mente a visada formativa, não pelos motivos nacionalistas efusivos de tempos atrás, mas pelo que ela oferece de interpretação orgânica da história quando vista a partir de uma posição periférica, o Brasil, o sul do Brasil ou o Prata, por exemplo. É o caso dos trabalhos de Roberto Schwarz e de Franco Moretti, para ficar em dois grandes nomes, que entre si apresentam notáveis diferenças, mas importantes convergências.

A força principal da noção de formação e de tudo que ela implica é esta: a capacidade de oferecer uma visada de conjunto sobre literaturas, autores, circuitos de leitura, e mesmo sobre outras instâncias e linguagens artísticas, como a canção ou a escultura, o cinema ou o desenho, nascidas e desenvolvidas em países colonizados, e em particular para os que foram colonizados por países europeus em regiões sem cultura letrada desenvolvida anteriormente, o que significa dizer as Américas, a Oceania e partes da África subsaariana,³⁰ talvez não mais do que isso (quer dizer, ficam fora desse horizonte, creio, países que passaram por períodos de colonização europeia, mas dispunham de história cultural letrada anterior, como a Índia, o Oriente Médio, o Sudeste Asiático). Mas também não menos que isso: seja para pensar a arquitetura ou a pintura, a organização das instituições culturais ou a maneira de se pensar no mundo, especialmente para discutir a literatura e as coisas a ela associadas, a noção de formação está viva porque é capaz de mostrar e descrever o esforço dos países e das regiões (supranacionais, talvez, como queria Ángel Rama, e infranacionais também, como creio) em verem-se no processo de conquista de autonomia, seja ela a política formal (como a Independência do Brasil pode ser um paradigma), seja ela ideológica mas não institucional (como é o caso do Rio Grande do Sul, talvez de Pernambuco, possivelmente

³⁰ Este conjunto de países e regiões Ian Alexander, no citado artigo, chama apropriadamente de Novo Mundo.

de outros casos). Vale a propósito lembrar que o recém-citado Ángel Rama cogitou descrever a literatura das Américas a partir do que chamou de “comarcas”, entidades ou supra ou infranacionais, sempre conectadas a um sentido formativo; Jorge Ruedas de La Serna estudou o caso mexicano pelo filtro formativo; no Brasil, inúmeros estudos demonstram a vitalidade da perspectiva formativa para descrever quadros específicos, como é o caso da arquitetura no trabalho de Otilia Arantes, ou de uma visada de conjunto, como é o caso de alguns ensaios de Paulo Arantes;³¹ Homero Araújo estendeu o raciocínio formativo a João Cabral;³² o já citado Ian Alexander tem pensado a situação da literatura da Austrália em diálogo com a noção de formação; desculpada a deselegância de mais uma autocitação, venho de publicar um estudo em que aproximo Machado e Jorge Luis Borges (e depois Poe) exatamente pelo viés formativo, que tanto um desempenhou no Brasil quanto o outro na Argentina (e o terceiro nos Estados Unidos).³³

Em cada um desses casos, a lente formativa permite discernir uma construção objetiva ocorrida nas periferias do mundo ocidental, composta pelo desejo (mais e menos consciente por parte dos atores, conforme o caso) de obter expressividade formal e conquistar audiência para sua voz, que se nutre, como sempre ocorre, preponderantemente de materiais locais e formas não-locais, com a mediação de uma voz e/ou um pensamento local;³⁴ expressividade e audiência que só se conseguem numa tensão entre repetir o já-feito e ousar fazer o nunca-feito; noutra tensão entre pertencer a um sistema não-local e criar um sistema local; e, noutra ainda, entre proximidade e distância do criador e do público, cada um por sua vez, em relação tanto ao mundo local quanto ao mundo não-local, como igualmente em relação às formas locais, que antes do processo formativo ou não existem ou não se evidenciaram ainda, e às formas não-locais. De modo mais sintético: formação se cria num sistema de três tensões, que se combinam diversamente, entre centro e periferia (não necessariamente nacional, repitamos), entre criador e público, entre matéria e forma. Uma teia complexa de forças em confronto, que nunca vão dar como resultado uma coisa meramente óbvia e esperada, salvo se estivermos falando de arte trivial; teia complexa que, nos melhores casos, será enunciada por artistas e intelectuais no momento em que maturarem as relações intelectuais e sociais, permitindo o vislumbre da realidade local atravessada por aquelas tensões (foi o caso de Borges para a literatura argentina, ou de Noel Rosa na canção brasileira), e/ou, em casos talvez não muito regulares, no momento em que aparecer um gênio capaz de discernir essa rede de tensões ainda antes que ela esteja visível para muitos (Machado para o Brasil, Poe para os Estados Unidos).

³¹ Veja-se, para os dois casos, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa. *Sentido da formação — Três estudos sobre Antonio Candido*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

³² *O poema no sistema — A peculiaridade do antilírico João Cabral na poesia brasileira*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1999.

³³ *Machado e Borges (e outros ensaios sobre Machado de Assis)*. Porto Alegre, Arquipélago, 2008.

³⁴ Essa síntese ultrabreve está no ensaio “Conjecturas sobre a literatura mundial”, de Franco Moretti (no livro *Contracorrente: o melhor da New Left Review em 2000*, organizado por Emir Sader, com tradução de Maria Alice Máximo e outros. Rio de Janeiro, Record, 2001).’

E vale uma última nota histórica sobre o papel da ideia de formação no debate brasileiro. Cada vez que se olha para o quadro mental da cultura de nosso país nos anos entre, digamos, 1920 e 1950, mais se salienta o enorme valor das proposições de Antonio Candido, pelo contraste que fazem, agora menos do que antes no plano político, mas agora mais do que antes no plano científico: é que Candido, como a maior parte de seus companheiros de geração em São Paulo (Paulo Emilio e Sérgio Buarque em particular), protagonizou não apenas o debate conceitual ilustrado, como se sabe que ele de fato protagonizou, mas também esteve à frente de uma atitude mental rara e preciosa, que era simultaneamente leiga — significando particularmente não-católica, o que no contexto significa não-espiritualista, pró-materialista, pró-empirista — e de esquerda não-estalinista — quer dizer, sem as preocupações doutrinárias que desembocaram na defesa do realismo socialista, portanto longe da atitude que fazia da crítica literária uma mera sucursal do projeto político comunista naquela conjuntura. Não é pouca coisa o que essa duas virtudes trouxeram ao quadro do debate; para além do empenho conceitual derivado da ciência social que revolucionou a discussão sobre crítica e história da literatura, esses marcos do pensamento leigo e de esquerda democrática fizeram — fazem — uma diferença decisiva em favor da obra por eles gerada, pela mão do mestre Candido.

Agosto-outubro de 2008